

Matrinchã
Transmissora
de Energia
(TP Norte) S.A

**Demonstrações regulatórias em
31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	7
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações do resultado	12
Demonstrações do resultado abrangente	13
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstração dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	16



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos a seguir o Relatório da Administração, com as principais informações relativas ao exercício de 2020, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas e elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, os pronunciamentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. para a sociedade, parceiros, investidores e clientes.

EXERCÍCIO 2020

1. Perfil da Companhia

A Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. (“Companhia”), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 12º andar, Centro do Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem como objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia. A Companhia sagrou-se vencedora do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012, cujo Contrato de Concessão nº 012/2012 foi assinado em 10/05/2012. O Lote A é composto por três linhas de transmissão, Paranaíta – Claudia – Paranatinga - Ribeirãozinho com total de 1.005 km de extensão, e por três subestações, Paranaíta, Claudia e Paranatinga, todas as instalações no Estado do Mato Grosso. A RAP ajustada para o ciclo de 2020/2021 é de aproximadamente R\$ 218 milhões.

2. Gestão

A atuação da Administração tem enfoque na busca por eficiência nas operações, na segurança de todos os envolvidos, na responsabilidade social, na maximização da rentabilidade das acionistas e em sustentabilidade econômica.

3. Governança Corporativa

A Companhia tem como órgãos de administração a Diretoria e o Conselho de Administração, sendo este o órgão máximo de Governança apoiado, no que lhe refere, pelo Conselho Fiscal. Em 2019 foi contratada consultoria especializada para levantamento de riscos no nível corporativo, cujo objetivo é a estruturação de um ERM



(Enterprise Risk Management) com vistas a continuamente identificar e monitorar os riscos à consecução dos objetivos do negócio. Os resultados foram entregues no primeiro semestre de 2020 e ainda estão sendo discutidos internamente.

4. Desempenho Operacional

Desde 2019 a Companhia assumiu integralmente as atividades de Operação e Manutenção (O&M), com o objetivo de maximizar a sua eficiência operacional mantendo apenas terceirizado o Centro de Operações – COS cujo serviço é prestado pela Itumbiara Transmissora de Energia, subsidiária integral da acionista State Grid Brazil Holding.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2020, a Receita Operacional Bruta totalizou R\$ 221,1 milhões, aumento de 10,3% em relação a 2019, decorrente, principalmente, do aumento, do reajuste da Receita Anual Permitida.

As Deduções da Receita Operacional atingiram R\$ 31,7 milhões em 2020, um aumento de 6,26% em relação ao ano de 2019, proporcionalmente ao aumento da Receita Anual Permitida.

A Receita Operacional Líquida em 2020 atingiu R\$ 189,4 milhões, impactada principalmente pelas taxas regulatórias do período, um aumento de 11,1% em relação ao valor de 2019, que foi de R\$ 170,5 milhões

- As despesas administrativas e os custos de O&M em 2020 alcançaram R\$ 19,0 milhões, uma queda de 40,3% em relação aos R\$ 32,0 milhões de 2019 devido à (i) diminuição dos custos na operação e manutenção do empreendimento (ii) ocorrência de eventos não recorrentes em 2020 com impacto no Custos de O&M.

- As principais variações nos custos e despesas se devem (i) à mudança estrutural no quadro de colaboradores, que aumentou a eficiência da Companhia; (ii) ao pagamento de aproximadamente de R\$ 44 milhões referente à sentença de arbitragem com o fornecedor MAVI, cujo impacto contábil foi de R\$ 24,2, além da reversão de PCLD de R\$ 32,4; (iii) a menor necessidade de provisionamento para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em relação ao exercício anterior.

- O resultado financeiro atingiu R\$ 71.1 milhões em 2020 frente a R\$ 59,7 milhões registrados em 2019. A variação reflete, principalmente, o *standstill* concedido pelo BNDES, que suspendeu por 6 (seis) meses o pagamento do principal + juros do subcrédito A, e o pagamento de juros no âmbito da sentença de arbitragem com o fornecedor MAVI.



- O imposto de renda e a contribuição social geraram despesa de R\$ 4,8 milhões em 2020. A alíquota efetiva do imposto corrente de 2020 foi de 8,0%.

- O Lucro Líquido em 2020 totalizou R\$ 28,8 milhões, um aumento de 485,34% em relação ao Prejuízo de 2019 de R\$ 22,2 milhões, seguindo o crescimento da Receita e redução de Custos conforme anteriormente informado.

- O EBITDA de 2020, foi de R\$ 170,3 milhões e margem de 89,9%, um aumento de 22,9% em relação ao EBITDA de 2019, que atingiu R\$ 138,5 milhões, principalmente, pela redução das despesas administrativas e de operação e manutenção.

- A dívida bruta consolidada em 31 de dezembro de 2020 somou R\$ 692.6 milhões, uma queda de 2,1% em relação ao final de 2019, quando registrou R\$ 707,4 milhões, considerando o empréstimo com BNDES e a Segunda Emissão de Debêntures da Companhia, ambos em fase de amortização.

6. Investimentos

Os investimentos da Companhia têm como objetivo principal o aumento de sua eficiência operacional, seja para os investimentos em P&D realizados em conformidade com a política regulatória do setor, seja para investimentos em melhorias.

A Matrinchã realiza ainda os investimentos necessários para atender outras obrigações regulatórias como é o caso das obras de construção do Novo Ramal Sinop, objeto da REA 7173/2018. Este projeto, cujo CAPEX total foi de aproximadamente R\$ 133 milhões, foi executado em 22 meses e iniciou a operação em abril de 2020 com o Banco de Reatores na SE Claudia e entrada definitiva em operação com recebimento dos TLDs em setembro de 2020, com início do recebimento da RAP integral. Quando estiver em operação definitiva, o Novo Ramal Sinop irá proporcionar um incremento de RAP de aproximadamente 10%.

A Companhia investe também em programas de pesquisa e desenvolvimento da ANEEL, de acordo com a legislação vigente. Foi concluída a primeira fase de um projeto em parceria com a COPEE – UFRJ sobre chaves seccionadoras seguras e está em andamento o desenvolvimento de um robô de monitoramento de Subestações com o LACTEC, do Paraná. O investimento já realizado chega a R\$ 2 milhões.

7. Auditores Independentes

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a Companhia informa que a KPMG Auditores Independentes prestou apenas serviços relacionados à Auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício de 2020.



TP NORTE
Matrinchã Transmissora de Energia S.A.

TELES PIRES TRANSMISSION

A Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações contábeis regulatórias relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 30/04/2021.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Diretores da

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício

A Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 10 de março de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

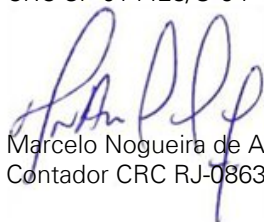
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Matrinhã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de
dezembro de 2019
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa	8	43.307	85.293
Contas a receber de clientes	9	24.247	18.561
Impostos a recuperar	10	1.362	23.681
Almoxarifado Operacional	12	11.597	11.038
Despesas Antecipadas		448	1.317
Créditos a receber		7.308	6.414
Caixa restrito	11	2.892	-
Aplicação P&D		1.469	2101
Outros ativos circulantes		2.554	10
Total do ativo circulante		95.184	148.415
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Caixa restrito	11	40.157	35.116
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	36.609	34.007
Imobilizado líquido	13	2.040.854	1.959.189
Intangível	14	36.687	36.484
Total do ativo não circulante		2.154.307	2.064.796
TOTAL DO ATIVO		2.249.491	2.213.211
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	15	34.459	12.319
Retenções contratuais		-	134
Empréstimos e financiamentos	17	59.626	54.967
Debêntures	18	20.515	27.698
Salários e encargos		864	603
Impostos e contribuições sociais	16	2.781	2119
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	259	-
Dividendos propostos		64.032	62.554
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		3.680	3705
Total do passivo circulante		186.216	164.099
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	17	403.938	425.480
Debêntures	18	208.475	199.299
Passivo contingente	19	1.962	1.097
Outros passivos		-	1.682
Total do passivo não circulante		614.375	627.558
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	21	1.508.073	1.508.073
Reserva legal	21	26.296	20.683
Reserva de incentivos fiscais	21	22.082	12.849
Prejuízos acumulados	21	(107.551)	(120.051)
Total do patrimônio líquido		1.448.900	1.421.554
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.249.491	2.213.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Receita operacional líquida	22	189.407	170.487
Custo de Operação e Manutenção – O&M	24	(20.452)	(21.592)
Reversão de provisão	23	8.893	-
LUCRO BRUTO		177.848	148.895
Despesas operacionais			
Pessoal		(3.792)	(4.398)
Materiais		(110)	(21)
Serviços de terceiros		(4.402)	(6.085)
Tributos		(27)	(1)
Arrendamentos e Alugueis		(716)	(534)
Depreciação e amortização		(65.548)	(63.969)
Outros		(1.534)	654
Total de despesas		(73.061)	(74.352)
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		104.787	74.543
Receitas financeiras	25	3.180	8.795
Despesas financeiras	25	(74.344)	(68.592)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		33.623	14.746
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(4.799)	(22.226)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		28.824	(7.480)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.
Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	28.824	(7.480)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultado abrangente do exercício	<u>28.824</u>	<u>(7.480)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinhã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Total
		Legal	Reserva de incentivos fiscais	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	
SALDOS EM 31 DE OUTUBRO DE 2018	1.508.073	16.739	-	(89.891)	1.434.921
Prejuízo do exercício	-	-	-	(7.480)	(7.480)
Constituição de reserva legal societária	-	3.944	-	(3.944)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais societário	-	-	12.849	-	12.849
Constituição de reserva de retenção de lucros societária	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios societário	-	-	-	(18.736)	(18.736)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	1.508.073	20.683	12.849	(120.051)	1.421.554
Reversão de dividendos não declarados	-	-	-	25.184	25.184
Lucro do exercício	-	-	-	28.824	28.823
Constituição de reserva legal societária	-	5.613	-	(5.613)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais societário	-	-	9.233	(9.233)	-
Dividendos mínimos obrigatórios societário	-	-	-	(26.662)	(26.662)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	1.508.073	26.296	22.082	(107.551)	1.448.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos imposto de renda e da contribuição social	33.623	14.746
Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa		
Depreciação regulatória	65.548	63.969
Despesas de juros de empréstimos e debêntures	59.588	66.252
Provisão Contingência	1.168	(1.802)
Atualização de impostos a recuperar	(816)	-
Aumento/redução nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(5.686)	4.553
Impostos a recuperar	23.135	(17.451)
Outros ativos circulantes	(1.937)	(7.075)
Fornecedores	22.140	1.975
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(5.912)	(4.651)
Impostos e contribuições sociais	999	18.302
Salários e encargos	262	(293)
Outros passivos circulantes	(2.176)	132
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	189.936	138.657
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.094)	(8.264)
Pagamento de juros - empréstimos e debêntures	(33.534)	(55.208)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	154.308	130.393
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Caixa restrito	(7.933)	(5.301)
Aquisição de imobilizado	(147.214)	(44.017)
Intangível	(203)	(100)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(155.350)	(49.418)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de principal - Empréstimos	(40.944)	(57.108)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(40.944)	(112.316)
REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(41.986)	(31.341)
INÍCIO DO EXERCÍCIO	85.293	116.634
FINAL DO EXERCÍCIO	43.307	85.293
REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(41.986)	(31.341)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. (“Companhia”), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

Esta atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

a. Da concessão

A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Matrinchã que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012. O Lote A é composto por três linhas de transmissão, com total de 1.005 KM de extensão, e por três subestações. Todas as instalações são no Estado do Mato Grosso.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 012/2012 em 10/05/2012, para a construção das linhas de transmissão Paranaíta - Cláudia - Paranatinga - Ribeirãozinho e construção das Subestações Paranaíta, Cláudia e Paranatinga.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, estabelecendo (i) quais os serviços que o operador deve prestar e (ii) os padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.

A remuneração é regulada através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela receita anual permitida (RAP), parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador, com fator de reajuste anual pelo IPCA em 1º de julho de cada ano. Além disso, há previsão contratual para revisão tarifária no 5º, 10º e 15º anos de vigência a partir da data de assinatura do contrato. A RAP vencedora do Leilão de Transmissão de R\$ 126.420 mil, teve acréscimos oriundos de escopos adicionais aprovados mediante as resoluções autorizativas da ANEEL (REA) nº 5050/2015, 5456/2015 e 7173/2018 além de ser reajustada de tempos em tempos tendo sido o último reajuste em julho de 2020 quando a RAP teve reajuste de 4,35% e passou de R\$ 191.031 mil para R\$199.342 mil.

Em outubro de 2015 as obras do ramal que liga os trechos desde a subestação de Cláudia até a subestação de Sinop, foram concluídas permitindo o escoamento de parte da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires através dos trechos desde a subestação de Paranaíta até a subestação de Cláudia e até a subestação de Sinop.

Em 23 de janeiro de 2018, a Cia. recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o

Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 08 de dezembro de 2017, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade.

Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408, estabeleceu a RAP total “Leilão + Autorizações” em R\$ 191.03’ para o período de 1 de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 (R\$ 182.528 para o período de 1 de julho de 2018 a 30 de junho de 2019).

b. Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI)

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

c. Licenciamento Ambiental

A Companhia teve sua Licença de Operação, expedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT), do Governo do Estado de Mato Grosso, em 29 de julho de 2016, sob número 313167/2016, emitida sem ressalvas, válida até 28 de julho de 2019. O pedido de renovação da LO foi protocolado dentro do prazo exigido pela legislação e a companhia ainda aguarda parecer do órgão ambiental, restando a licença prorrogada nos termos do parágrafo 4 do artigo 14 da Lei Complementar 140 de 8 de dezembro de 2011. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

d. Efeitos da pandemia de Covid-19 causada pelo Coronavírus (SARS-COV-2)

(i) Contexto geral

A rápida disseminação do vírus SARS-COV-2, comumente chamado de Coronavírus e da doença a ele correlacionada, a COVID-19, cujos primeiros diagnósticos ocorreram em dezembro de 2019, levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar, em 11 de março de 2020, a doença como uma pandemia global, conduzindo os governos de praticamente todos os países a implementarem medidas de afastamento social de suas populações para conter a velocidade de contágio. Tais medidas levaram a uma recessão econômica em escala mundial, devido principalmente à interrupção das cadeias de suprimento e à interrupção de atividades em diversos setores da economia, consequentemente causando volatilidade nos preços de ativos, nas taxas de câmbio e nos juros.

Em resposta aos efeitos da desaceleração econômica, os governos anunciaram pacotes de estímulos econômicos e alívio humanitário para minimizar o impacto inicial da COVID-19, permitindo a possível superação da recessão econômica em um futuro não muito longo.

(ii) Ações implementadas pelo Governo Brasileiro e pela ANEEL

No Brasil, o governo federal tem centralizado as medidas de auxílio econômico e financeiro, por meio dos poderes executivo e legislativo, bem como das agências reguladoras, visando apoiar as empresas e demais setores da economia na mitigação dos efeitos e na superação de uma potencial crise econômica. Dentre os atos legislativos, cabe destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020 e que declara o estado de calamidade pública permitindo ao governo a adoção de uma série de ações, bem como garantindo agilidade nos atos da administração pública.

A ANEEL tem evitado ações com alto impacto econômico ou que pressionem em demasia as tarifas pagas pelos consumidores finais de energia elétrica, pautando suas medidas pela necessidade de quantificação dos desequilíbrios financeiros e econômicos, na preservação dos contratos e na modicidade e estabilidade das tarifas no médio e longo prazo. Este viés da agência visa evitar a criação de um círculo vicioso de inadimplência e conseqüentemente um desequilíbrio dos contratos. A Nota Técnica nº 01/2020-GMSE/ANEEL traz a avaliação inicial dos efeitos da pandemia de COVID-19 no setor elétrico brasileiro, com apresentação de propostas a serem avaliadas, no curto e médio prazo, para seu enfrentamento.

Por meio da análise dos índices de inadimplência das Companhias, é possível afirmar que a estratégia adotada pela ANEEL logrou êxito. As medidas de liquidez implementadas para a preservação do setor foram eficientes em atingir seu objetivo por terem sido direcionadas para o segmento de distribuição. Este segmento pode expor o setor elétrico aos impactos da crise econômica por (i) se tratar do principal responsável pela geração de receita do setor elétrico, arcando com parcela relevante dos pagamentos dos segmentos de geração e transmissão e (ii) ter sido atingido pela redução de demanda no segmento de consumo, após fechamento de estabelecimentos industriais e comerciais e por um possível aumento da inadimplência, tendo em vista a proibição temporária da suspensão de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Uma das medidas de liquidez anunciadas pela ANEEL com impacto direto sobre o segmento de transmissão, é a utilização dos saldos remanescentes das apurações mensais de encargos de transmissão para aliviar os custos de transmissão do segmento de consumo. Neste sentido, em 20 de abril de 2020, por meio do Despacho nº 1.106, fundamentado pela Nota Técnica nº 42/2020-SRT/SGT/ANEEL a ANEEL autorizou o ONS a deduzir os Encargos de Uso do Sistema de Transmissão de Rede Básica (EUST-RB), do segmento consumo, aos quais foram estabelecidos na Apuração Mensal dos Serviços e Encargos de Transmissão (AMSE) dos meses de abril, maio e junho de 2020.

A utilização desse saldo remanescente equivale à antecipação da Parcela de Ajuste (PA), que seria considerada a partir do Ciclo Tarifário 2020/2021, que iniciou-se em 1º de julho de 2020. A redução dos encargos dos meses de abril, maio e junho de 2020, aliviou os custos de transmissão para o segmento de consumo e contribuiu para evitar inadimplências no segmento de transmissão. Porém, embora essa medida tenha impactado de imediato o fluxo de caixa das Companhias, não gera efeitos econômicos, uma vez que apenas antecipa a devolução das sobras financeiras que se daria ao longo do Ciclo Tarifário 2020/2021. Além disso, a posição de caixa da Companhia até a presente data não sofreu impacto relevante derivado da antecipação da Parcela de Ajuste, estando em patamares próximos àqueles considerados no cenário-base, conforme apresentado no exercício de 2020.

(iii) Medidas adotadas pela Companhia

A Companhia tem sua atividade enquadrada no rol de atividades essenciais e, por isso, implementou uma série de medidas para manter a normalidade de suas operações, em linha com as recomendações dos órgãos governamentais e buscando preservar seus colaboradores, além de evitar a propagação da doença.

a. Ações com foco em suas atividades e pessoas

A Companhia definiu as principais ações adotadas para proteção e prevenção dos efeitos do COVID-19 nas subestações e linhas de transmissão em um Plano que foi distribuído entre seus funcionários e fornecedores. Dentre essas ações cabe destacar as seguintes:

- Fornecimento de máscaras a todos os colaboradores, com instruções específicas para uso;
- Fornecimento de álcool em gel para todas as localidades;
- Fornecimento de luva para todas as localidades;
- Fornecimento de água e sabão para equipe de Linha de Transmissão em atividade;
- Orientação de isolamento as equipes de Linha de Transmissão após as atividades;
- Realização DDS sobre COVID-19 com a equipe de Linha de Transmissão em atividade;
- Medição de temperatura para acompanhamento do estado de saúde;
- Revezamento das equipes para evitar aglomerações no local de trabalho;
- Utilização de banco de horas e férias individuais;
- Readequação das escalas de trabalho: As escalas de permanência em alojamento foram estendidas para 12 dias em alojamento seguidos por 12 dias de descanso como forma de reduzir a circulação de empregados, aumentar os períodos de isolamento e reduzir riscos de contaminação;
- Viagens exclusivamente para serviços inadiáveis e prementes e que expõem a operação a riscos bem como preventivas próximas as bases ou mais importantes;
- Disponibilização de declaração para livre circulação de colaboradores para os estritos fins de prestação do serviço essencial de transmissão de energia àqueles que impreterivelmente precisam se deslocar;
- Contato com os prestadores de serviço alocados em nossas subestações para acompanhar os procedimentos realizados em período de COVID-19;
- Comunicados semanais de orientações contra o COVID-19;
- Redução de colaboradores autorizados a circular simultaneamente dentro do mesmo veículo da empresa e higienização interna dos automóveis;

- Redução do intervalo entre higienizações dos locais de trabalho e equipamentos utilizados;
- Redução do trânsito de pessoas nas instalações das empresas.

Para o escritório central no Rio de Janeiro foram adotadas as seguintes ações:

- Fornecimento de máscaras com instruções específicas para uso;
- Fornecimento de álcool em gel para todos os colaboradores e em locais estratégicos do escritório;
- Redução do intervalo entre higienizações dos locais de trabalho e equipamentos utilizados;
- Medição de temperatura para acompanhamento do estado de saúde;
- Adoção do trabalho em home office a partir de 16.03.2020;
- Adotada a prática de reuniões diárias por teleconferência entre os grupos de O&M e Administrativo/Financeiro com os diretores, para direcionamento das ações;
- Viagens exclusivamente para serviços inadiáveis;
- Comunicados semanais de orientações contra o COVID-19;
- Redução do intervalo entre higienizações dos locais de trabalho e equipamentos utilizados;
- Redução do trânsito de pessoas nas instalações das empresas
- Redução do trânsito de pessoas nas instalações das empresas

b. Ações com foco econômico-financeiro

Considerando o cenário atípico atualmente vivenciado, com efeitos potencialmente imprevisíveis, não é possível precisar totalmente os impactos nas operações da Companhia no médio prazo. Ainda é preciso reconhecer que há certo grau de incerteza quanto aos efeitos da pandemia na economia e por quanto tempo esses efeitos irão perdurar. Porém, decorridos 6 meses do início das medidas de afastamento social, não há impacto relevante na geração de receita ou nos custos que importem em alteração significativa no acompanhamento orçamentário até a presente data.

A Companhia não enxerga qualquer sinal de anormalidade nas operações e não chegou ao seu conhecimento qualquer outro evento que possa ser interpretado como indicativo de que possam ter suas operações e/ou situação econômico-financeira impactada.

Para pautar suas ações, a administração da Companhia monitora os fluxos de caixa buscando identificar desvios considerados relevantes, por meio de revisões mensais das projeções e da inclusão do realizado no período. Caso seja necessário as premissas são ajustadas e testes de sensibilidade são realizados, como foi o caso dos cenários de quebra de receita apresentado no Memorando da primeira revisão trimestral. Como já informado, o efeito da pandemia ainda é pequeno se considerado o impacto em receita e custos, não trazendo variações significativas quando se leva em consideração o caixa acumulado.

Visando o aumento da liquidez durante o período de incerteza, a Companhia adotou as seguintes ações:

- MTE: adesão à suspensão temporária de amortizações do empréstimo contratado junto ao BNDES (stand still), pelo prazo de seis meses com o diferimento no restante do contrato;
- MTE: postergação do recolhimento, da Contribuição Previdenciária e do seguro contra acidentes relativos às competências março e abril para os meses de agosto e outubro de 2020;
- MTE: postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de abril e maio, que deverão ser pagos a partir de julho e poderão ser parcelados em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020;
- MTE: redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020.

(iv) *Impacto nas Demonstrações contábeis regulatórias*

A Companhia entende que não existe risco relevante de inadimplência de seus clientes, considerando o quanto verificado nos últimos 90 dias, além de seu faturamento ser pulverizado e haver garantia que cobre as obrigações e pode ser acionada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Na data de assinatura deste memorando não havia variação significativa no índice de inadimplência e está se relacionava principalmente a clientes que discutem a exigibilidade de pagamento perante o ONS. Desta forma, não foi considerado nenhum valor para PCE ou a possibilidade de redução no valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*), tendo ainda em vista o êxito das medidas implementadas pela ANEEL para contenção dos impactos da crise econômica sobre o setor elétrico.

Ressalta-se ainda que, até o momento, não houve necessidade da Companhia realizar a revisão do seu planejamento estratégico, pois as projeções de caixa têm se confirmado conforme cenários otimistas. As rupturas das cadeias de fornecimento não afetaram os negócios da Companhia uma vez que os contratos e ordens de compra estratégicos estavam fechados antes do início da pandemia e as atividades transcorrem normalmente.

2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou

consoma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia foi autorizada pela Administração em 30 de abril de 2021.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatória, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em

dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota Explicativa nº 7.11 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

b. Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, na medida em que julga necessário e com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte de autoridades fiscais das jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência em auditorias fiscais anteriores podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 20.

6 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados conforme citado na nota explicativa 7.

7 Principais práticas contábeis regulatórias

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

7.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

7.2 Imobilizado

7.2.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela

diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

7.2.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

7.3 Intangíveis

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

7.4 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

7.5 Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido societário anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido.

7.6 Receita de juros sobre aplicações financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado, com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

7.7 Despesas de empréstimos e debêntures

As despesas de juros são reconhecidas no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado pelo método dos juros efetivos.

7.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário compreende os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

7.8.1 *Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no Balanço Patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.8.2 *Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário diferido*

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis regulatórias e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos.

7.9 Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS a alíquota de 9,25%;
- Reserva Global de Reversão - 2,6% do faturamento. É usada para financiar o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.

As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em Pesquisa e Desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

7.10 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis, passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

7.10.1 *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

7.10.2 *Ativos financeiros não derivativos - Mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso

seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e suas mudanças, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

São mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

7.11 Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e suas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Bancos conta movimento	8.689	13.201
Aplicação financeira - CDB Banco Santander	-	3.937
Aplicação financeira - CDB Banco Itaú	19	21
Aplicação financeira - CDB Banco Bradesco	5.900	7.217
Aplicação financeira - CDB Banco ABC	6.851	33.429
Aplicação financeira - CDB Banco Paraná	21.848	27.509
	<u>43.307</u>	<u>85.293</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2020 as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 102,77% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) enquanto em 31 de dezembro de 2019 as aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98% do CDI.

Neste 4º trimestre houve o pagamento do processo arbitral com o fornecedor MAVI, desta forma, houve um desembolso de aproximadamente R\$ 44.000, isto impactou negativamente nosso caixa no final do exercício.

9 Contas a Receber

	31/12/2020	31/12/2019
Vencidos acima de 120 dias	702	501
Vencidos de 61 a 120 dias	25	48
Vencidos até 60 dias	22	96
A vencer	23.498	17.916
	<u>24.247</u>	<u>18.561</u>

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da fiança bancária fornecida pelos usuários do Sistema de Transmissão no âmbito do Contrato de Utilização do Sistema de Transmissão (CUST). Além disso, os débitos vencidos acima de 120 dias têm sua exigibilidade suspensa por decisão judicial enquanto os usuários discutem sua aplicabilidade com o ONS.

10 Impostos a recuperar

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ (a)	1.136	23.396
CSLL	226	285
	<u>1.362</u>	<u>23.681</u>

- (a) A redução se dá a utilização do crédito fiscal para liquidação da multa referente a atraso na entrega do ECF – Escrituração Contábil e Fiscal do ano de 2017 e o saldo restante foi utilizado para compensação dos impostos correntes apurados em suas devidas competências e compensados via PER/DCOMP.

11 Caixa Restrito

O saldo representa o valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures, constituídas em garantia ao Contrato de Financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Escritura da Segunda Emissão de Debentures da Companhia (vide notas 15 e 16). O mecanismo de preenchimento destas contas reservas segue estritamente as condições previstas nos instrumentos contratuais, sendo ajustado periodicamente conforme apuração realizada pelo banco administrador e pelo agente fiduciário, representante dos debenturistas. A totalidade do saldo está aplicada em fundo de investimento lastreado em títulos públicos federais conforme previsão contratual.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do Caixa Restrito está composto conforme se segue:

*Matrinchã Transmissora de
Energia (TP Norte) S.A*
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2020

	31/12/2019	Movimentação	31/12/2020
Conta pagamento Debêntures	-	2.892	2.892
Reserva BNDES	21.795	997	22.792
Reserva de Debêntures	13.321	4.044	17.365
	35.116	7.933	43.049
		31/12/2020	31/12/2019
Circulante		2.892	-
Não circulante		40.157	35.116
		43.049	35.116

12 Almojarifado Operacional

	31/12/2019	Movimentação	31/12/2020
Almojarifado de Manutenção e Operação	4.479	430	4.909
Transformação, Fabricação e Reparos de Materiais	6.559	129	6.688
	11.038	559	11.597

13 Imobilizado

	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo Imobilizado em Serviço									
Transmissão									
Máquinas e Equipamentos	2.100.821	-	-	125.896	2.226.717	125.896	(289.950)	1.936.767	1.874.708
Edificações e obras civis	38.650	-	-	4.297	42.947	4.297	(6.581)	36.366	33.636
Terrenos	841	-	-	-	841	-	-	841	841
Móveis e utensílios	233	-	-	160	393	160	(86)	307	181
Subtotal	2.140.545	-	-	130.353	2.270.898	130.353	(296.617)	1.974.281	1.909.366
Administração									
Máquinas e Equipamentos	446	10	(10)	-	446	-	(120)	326	372
Móveis e utensílios	71	-	-	-	71	-	(14)	57	57
Veículos	314	303	-	-	617	303	(93)	524	287
Subtotal	831	313	(10)	-	1.134	303	(227)	907	716
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão									
Máquinas e Equipamentos	(2.550)	22.514	(5.730)	(13.850)	384	2.934	-	384	(2.550)
Edificações e obras civis	35.315	81.961	-	(72.449)	44.827	9.512	-	44.827	35.315
A Ratear	140	10.956	-	(6.086)	5.010	4.870	-	5.010	140
Adiantamentos a Fornecedores	10.950	40.174	(8.745)	(37.968)	4.411	(6.539)	-	4.411	10.950
Melhorias na linha	2.666	47	(2.544)	-	169	(2.497)	-	169	2.666
Subtotal	46.521	155.652	(17.019)	(130.353)	54.801	8.280	-	54.801	46.521
Administração									
Bens não vinculados à concessão	2.587	8.215	-	-	10.802	8.215	-	10.802	2.587
Instalações - Subcrédito C	-	63	-	-	63	63	-	63	-
Subtotal	2.587	8.278	-	-	10.865	8.278	-	10.865	2.587
Total do Ativo imobilizado	2.190.484	164.243	(17.029)	-	2.337.698	147.214	(296.844)	2.040.854	1.959.189

*Matrinchã Transmissora de
Energia (TP Norte) S.A*
*Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2020*

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2020			2019
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Transmissão					
Custo histórico	1,10%	2.270.898	(296.617)	1.974.281	1.909.366
Administração					
Custo histórico	10%	1.134	(227)	907	716
Total em serviço		<u>2.272.032</u>	<u>(296.844)</u>	<u>1.975.188</u>	<u>1.910.082</u>
Em Curso					
Transmissão					
Custo histórico		54.801	-	54.801	46.521
Administração					
Custo histórico		10.865	-	10.865	2.586
Total em curso		<u>65.666</u>	<u>-</u>	<u>65.666</u>	<u>49.107</u>
Total Imobilizado		<u>2.337.698</u>	<u>(296.844)</u>	<u>2.040.854</u>	<u>1.959.189</u>

Adições do Imobilizado em Curso - R\$	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	22.514	-	-	22.514
Edificações e obras civis	-	81.961	-	81.961
A Ratear	-	10.956	-	10.956
Adiantamentos a Fornecedores	-	40.174	-	40.174
Melhorias na linha	47	-	-	47
Bens não vinculados à concessão	8.215	-	-	8.215
Instalações - Subcrédito C	63	-	-	63
Total das Adições	30.839	133.091	0	163.930

14 Intangível

	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições	Baixas	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições líquidas	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo Intangível em Serviço								
Transmissão								
Servidões	30.601	-	-	30.601	-	-	30.601	30.601
Subtotal	30.601	-	-	30.601	-	-	30.601	30.601
Administração								
Software	272	37	-	309	37	(85)	224	187
Subtotal	272	37	-	309	37	(85)	224	187
Ativo Intangível em Curso								
Transmissão								
Software	43	-	-	43	-	-	43	43
Servidões	5.653	166	-	5.819	166	-	5.819	5.653
Subtotal	5.696	166	-	5.862	166	-	5.862	5.696
Total do Ativo intangível	36.569	203	-	36.772	203	(85)	36.687	36.484

15 Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Nari Brasil Holding (b)	5.195	-
Itumbiara transmissora de energia S.A.	3.019	3.019
China Epri Science & Tecnology CO.	1.390	2.255
Sistema Pri Engenharia Ltda.	-	50
Process - Protection and Control for Energy	-	55
Instaladora de materiais elétricos Vividense (a)	5.489	-
Phelps Dodge International Brasil Ltda.	2.341	2.341
Nexans Brasil S.A.	649	649
Leme Engenharia	-	114
Brametal S.A.	2.423	2.423
Grid Solution	429	431
Grantel Equipamentos Ltda.(a)	3.638	-
Provisão finalização SINOP II (c)	8.767	-
Outros	1.119	982
	<u>34.459</u>	<u>12.319</u>

- (a) Durante o período de maior incerteza em relação aos possíveis impactos advindos da crise econômica ocasionada pela pandemia de COVID-19, a Companhia adotou medidas de manutenção da liquidez e com este intuito negociou a postergação de faturas de seus fornecedores mais relevantes – Vividense e Grantel – pelo prazo de 10 meses.
- (b) Valor refere-se a aquisição de materiais para reposição faturados ainda em dezembro.
- (c) Valor referente a despesas ainda não faturadas do reforço de SINOP II o qual já foi finalizado.

16 Impostos e contribuições sociais

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda retido na fonte	52	130
Contribuição social	287	92
Pis/Cofins/CSLL	86	51
Pis/Pasep	354	266
Cofins	1.632	1.235
INSS retido a recolher	185	119
ISS	185	226
	<u>2.781</u>	<u>2.119</u>

17 Empréstimos e financiamentos

Abaixo está o saldo da dívida com o BNDES em 31/12/2020:

	31/12/2019	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Custo de transação a amortizar	31/12/2020
BNDES						
Subcrédito A	453.537	29.931	(15.145)	(24.763)	-	443.560
BNDES						
Subcrédito B	27.506	839	(847)	(7.012)	-	20.486
Custo de transação	(596)	-	-	-	114	(482)
	<u>480.447</u>	<u>30.770</u>	<u>(15.992)</u>	<u>(31.775)</u>	<u>114</u>	<u>463.564</u>
				31/12/2020		31/12/2019
Circulante				59.626		54.967
Não circulante				403.938		425.480
				<u>463.564</u>		<u>480.447</u>

Em 27 de dezembro de 2013, foi assinado Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 691.440. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da SPE, sob a forma de três subcréditos:

- **Subcrédito ‘A’** - R\$ 614.165, com juros de 1,97% a.a. limitado a 6% da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) divulgada pelo Banco Central do Brasil, a título de remuneração. O objetivo deste subcrédito é financiar as obras civis e demais itens financiáveis necessários à implantação do projeto. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de maio de 2029. Deste subcrédito, já foi desembolsado o total de R\$ 614.615.
- **Subcrédito ‘B’** - R\$ 73.835, com juros à taxa fixa de 3,5% a.a., a título de remuneração. Este subcrédito é destinado à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários para a implantação do projeto. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 102 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de novembro de 2023. Deste subcrédito já foi desembolsado o total de R\$ 58.133.
- **Subcrédito ‘C’** - R\$ 3.440, com TJLP, limitada à 6% a.a.. Este subcrédito é destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal desta dívida será pago ao BNDES em 161 prestações mensais e sucessivas a partir do seu desembolso. Esta linha de crédito ainda não começou a ser utilizada.

Como garantia do financiamento, a Companhia assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao Contrato de Concessão.

Suspensão dos pagamentos do BNDES (Standstill)

Em 05.05.2020 o BNDES autorizou a suspensão temporária de pagamentos de principal e juros compensatórios referentes ao subcrédito “A” do Contrato de Financiamento firmado pela

Companhia. A suspensão se dará de 15.05.2020 até 15.10.2020, com capitalização das parcelas suspensas ao saldo devedor, sem alteração do termo final do prazo de amortização da dívida nem da taxa de juros do Contrato.

A suspensão de pagamentos será formalizada mediante aditivo ao Contrato, no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data de autorização, cuja eficácia retroagirá ao termo inicial do período de suspensão de pagamentos nele estabelecido, não sendo assim considerado inadimplemento financeiro as parcelas que deixarem de ser pagas a partir de 05.05.2020.

Em 31 de dezembro de 2020, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2021	2022	2023	2024	Acima de 2024	Total
BNDES Subcrédito A	52.670	52.667	52.645	52.620	232.958	443.560
BNDES Subcrédito B	7.013	7.013	6.460	-	-	20.486
Custo de transação	(57)	(57)	(57)	(57)	(254)	(482)
Total	59.626	59.623	59.047	52.563	232.704	463.564

Cláusulas restritivas (Covenants)

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1.2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia atendia as cláusulas restritivas. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício. Devido a adesão ao Stand Still, o BNDES não irá acompanhar nosso Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) neste ano de 2020.

Principais cláusulas restritivas do BNDES

Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais, durante o período de vigência deste Contrato;

Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto, especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais, no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiária teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa; e

Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).

*Matrinchã Transmissora de
Energia (TP Norte) S.A*
*Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2020*

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Renda	Principal	Principal +	Saldo	Indexador	Spread	Cronograma de Amortização				
		Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	Total	ou Juros	% a.a.	2021	2022	2023	2024+	Total
9	Ativos Financeiros	623	43.307	43.049	86.979							
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	623	43.307	43.049	86.979							
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	8.689	-	8.689			8.689				8.689
9.1.2	Aplicação Financeira CDB	623	34.618	-	35.241	CDI	98,00%	35.241				35.241
9.1.3	Aplicação Financeira Conta Reserva		-	43.049	43.049	CDI	98,00%		43.049			43.049

	Juros de	Principal	Principal +	Total	Total
RESUMO	Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	2020	2019
Dívida Bruta	-	(59.626)	(403.938)	(463.563)	(480.447)
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	(59.626)	(403.938)	(463.563)	(480.447)
Ativos Financeiros	623	34.618	-	35.241	74.329
Alta Liquidez	623	34.618	-	34.618	74.329
Dívida Líquida	623	(25.008)	(403.938)	(428.323)	(406.118)

18 Debêntures

Além do contrato de financiamento com BNDES, em 15/06/2016 a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única para distribuição pública com esforços restritos, conforme ICVM 476. A emissão ocorreu nos termos da Lei 12.431/11, conforme alterada, tendo em vista o enquadramento do Projeto pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

As debêntures possuem as seguintes características:

- Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431/11)
- Código do ativo registrado na CETIP: TPNO12
- Rating atual da emissão (revisão setembro de 2019): AA+ (Fitch Ratings)
- Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão
- Data de distribuição: 15/05/2016
- Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019
- Data de vencimento: 15/06/2029
- Quantidades de debêntures emitidas: 180.000
- Tipo de Remuneração: IPCA
- Taxa de Juros/Spread: 7.58% a.a.
- Garantias compartilhadas com o BNDES

A seguir é apresentada a movimentação das debêntures:

	31/12/2019	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Custo de transação a amortizar	31/12/2020
Debentures	235.578	27.797	(17.542)	(9.169)	-	236.664
Custo de transação	<u>(8.581)</u>	-	-	-	907	<u>(7.674)</u>
	<u>226.997</u>	<u>27.797</u>	<u>(17.542)</u>	<u>(9.169)</u>	<u>907</u>	<u>228.990</u>

As debêntures estão segregadas conforme abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	20.515	27.698
Não circulante	<u>208.475</u>	<u>199.299</u>
	<u>228.990</u>	<u>226.997</u>

Em 31 de dezembro de 2020, o cronograma de vencimento das debêntures está detalhado a

seguir:

	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
Debêntures	21.422	31.677	51.211	63.437	68.917	236.664
Custo de transação	(907)	(907)	(907)	(907)	(4.045)	(7.674)
	<u>20.515</u>	<u>30.770</u>	<u>50.304</u>	<u>62.530</u>	<u>64.871</u>	<u>228.990</u>

As debêntures possuem cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de no mínimo 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 30% durante a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2019, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no Escritura da Segunda Emissão de Debêntures foram cumpridas pela Companhia.

**Matrinchã Transmissora de
Energia (TP Norte) S.A**
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2020

	Principal	Principal +	Saldo	Adimplente?	Data Captação	Tipo de	Indexador	Spread	Vencimento	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo				
	Curto Prazo	Juros LP								Total	2021	2022	2023	2023+
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA						Garantia	ou Juros	% a.a.	Final					
Financ. / Emprést. Moeda Nacional														
DEBÊNTURES	20.515	208.475	228.990	Sim	15/05/2016	compartilha com BNDES	IPCA	7,5826%	15/06/2029	20.515	30.770	50.304	127.401	228.990
Total por Dívida														
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	20.515	208.475	228.990							20.515	30.770	50.304	127.401	228.990

19 Provisão para contingências e passivo contingente

A Companhia, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis.

As provisões realizadas são relacionadas a: (i) Causas trabalhistas, que são referentes a ações movidas por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (pleiteando a responsabilidade subsidiária da companhia), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras; (ii) Servidões Administrativas e (iii) Ação Indenizatória, que ocorre quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (espólios com inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras). Decorrem também da intervenção no uso do capital de terceiros, seja na qualidade de confrontante, seja no caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.

As contingências provisionadas estão classificadas conforme a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	796	794
Tributário	100	-
Outros	1.066	303
	<u>1.962</u>	<u>1.097</u>

As contingências com prognóstico de perda possível estão classificadas conforme abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	462	567
Cível (a)	8.496	8.364
Fiscais (b)	48.042	17.158
	<u>57.000</u>	<u>26.089</u>

- (a) A totalidade dos processos judiciais cíveis classificadas como possíveis se refere a ações movidas pela Companhia contra proprietários de terras para a constituição de servidão necessária para a passagem da linha de transmissão.
- (b) Os processos fiscais considerados como perda possível estão em fase inicial, em sua maioria são processos administrativos iniciados pelo Estado de Mato Grosso, objetivando questionar o recolhimento de ICMS-Difal, ou pelos Municípios da região, que discutem os recolhimentos de ISS retido dos fornecedores.

Adicionalmente ao exposto acima, cabe ressaltar que a Companhia é parte em arbitragens. A perda é classificada como possível, pois os prognósticos de êxito nestes casos são difíceis de prever tendo em vista o caráter iminentemente técnico dos pleitos em discussão, que demandará a análise de um perito escolhido pelas partes. Além disso, a decisão do tribunal de arbitragem deverá levar em conta, além dos pedidos da requerente, os valores de reconvenção apresentados pela Companhia, sendo precipitado neste momento a avaliação dos valores envolvidos em eventual sentença desfavorável à Companhia. Desta maneira, a Companhia ainda não considera qualquer

montante para estes casos nos valores classificados como perda possível.

20 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados respectivamente com base no Prejuízo Fiscal e Base Negativa. Foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixas futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos fiscais acumulados.

Imposto de Renda e Contribuição social diferidos ativos

Base de cálculo

Prejuízo fiscal acumulado em 31/12/2019		25.005
Imposto de renda	25%	3.592
Compensação		-
Saldo em 31/12/2020		<u>28.597</u>
Base negativa em 31/12/2019		9.002
Contribuição social	9%	-
Compensação		<u>(989)</u>
Saldo em 31/12/2020		8.013
Total em 31/12/2020		<u>36.609</u>
Total de 31/12/2019		<u>34.007</u>

Efeito no resultado

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imposto de renda e csll correntes		
Lucro líquido antes dos impostos	<u>166.250</u>	<u>128.628</u>
Adições permanentes ao resultado	435.866	418.072
Exclusões temporárias ao resultado	<u>(565.309)</u>	<u>(499.667)</u>
Lucro real	<u>36.807</u>	<u>47.033</u>
Imposto de renda corrente	25% 9.202	10.330
Ajuste de adicional	(24)	-
Contribuição social corrente	9% 3.313	3.727
Ajustes de exercício anterior	1.486	4.514
Compensação de benefício fiscal	<u>(9.177)</u>	<u>(12.849)</u>
Total imposto de renda e contribuição social correntes	<u>4.799</u>	<u>5.722</u>
Alíquota efetiva		
Imposto de renda	<u>6%</u>	<u>8%</u>
Contribuição social	<u>2%</u>	<u>3%</u>
Total de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	<u><u>53.991</u></u>	<u><u>49.741</u></u>

Abaixo está apresentada a movimentação financeira das contas de impostos, considerando os valores pagos via compensação. Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social pagos também consideram as amortizações do prejuízo fiscal e da base negativa, conforme demonstrado:

	IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Adições 2019	10.324	3.725	14.049

Compensações 2019	(5.163)	(622)	(5.785)
IRPJ/CSLL pagos por estimativa	<u>(5.161)</u>	<u>(3.103)</u>	<u>(8.264)</u>
Saldo em 31/12/2019	-	-	-
Adições 2020	9.177	3.313	12.490
Compensações 2020	(9.177)	(959)	(10.137)
IRPJ/CSLL pagos por estimativa	<u>-</u>	<u>(2.094)</u>	<u>(2.094)</u>
Saldo em 31/12/2020	-	259	259

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é de R\$1.508.073, dividido em 1.508.073 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e COPEL Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	31/12/2020	31/12/2019	%
State Grid Brazil Holding S.A.	769.117	769.117	51.0%
Copel Geração e Transmissão S.A.	<u>738.956</u>	<u>738.956</u>	<u>49.0%</u>
	<u>1.508.073</u>	<u>1.508.073</u>	<u>100%</u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de incentivos fiscais

A Companhia reconheceu Reserva de Capital para a contabilização de incentivos fiscais pelo direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não-ressituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao empreendimento situado na área de atuação da SUDAM, de titularidade da Companhia.

O benefício, aprovado em setembro de 2019, por meio do Ato Declaratório Executivo nº103 da RFB, por intermédio de sua delegacia no Rio de Janeiro, nos termos do Laudo Constitutivo nº 270/2018 de 31 de dezembro de 2018 da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), tem prazo de vigência de 10 anos, sendo seu período de fruição a partir de 2018 com término em 2027.

d. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

e. Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou para a conta de Reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, conforme Ata de AGO de 26 de abril de 2019.

22 Receita operacional líquida

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilização do sistema de transmissão	221.172	200.381
Receita operacional bruta	<u>221.172</u>	<u>200.381</u>
Deduções da receita operacional		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.055)	(1.701)
Reserva global de reversão – RGR	(7.802)	(8.391)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE	<u>(755)</u>	<u>(693)</u>
Pis	(3.773)	(3.409)
Cofins	<u>(17.380)</u>	<u>(15.700)</u>
Total receita operacional líquida	<u><u>189.407</u></u>	<u><u>170.487</u></u>

- (a) A partir do exercício de 2019 houve um aumento significativo na receita de construção em virtude da construção do Ramal Sinop II, cujo investimento foi concluído em 2020.

23 Reversão de provisão

	31/12/2020	31/12/2019
Reversão de Contingências	<u>8.893</u>	<u>-</u>
	<u><u>8.893</u></u>	<u><u>-</u></u>

Em 02/10/2020 houve o diferimento da sentença da Mavi Engenharia e Construções Ltda e com isso foi efetuada a reversão da provisão de perda da sentença que havia sido constituída em 2015, para os adiantamentos que haviam sido feitos a construtora.

24 Custo de Operação e Manutenção

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(6.028)	(6.260)
Materiais	(339)	(517)
Serviços de terceiros	(11.258)	(13.089)

Arrendamentos e aluguéis	(48)	(373)
Seguros	(1.643)	(1.726)
Doações, contribuições e subvenções	32	(117)
Provisão para litígios	(1.168)	(749)
Recuperação de despesas	-	1.239
Total	(20.452)	(21.592)

25 Receitas (despesas) financeiras

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras (a)	2.524	7.913
Variações monetárias ativas	817	1.021
Juros sobre recebimentos	19	234
Outras receitas financeiras	-	57
Pis sobre receitas financeiras	(155)	(60)
Cofins sobre receitas financeiras	(25)	(370)
	3.180	8.795
Despesas financeiras		
Variações monetárias passivas	(67)	(122)
Juros e multas	(14.296)	(1.810)
Juros sobre empréstimos e debêntures (b)	(58.624)	(65.288)
Despesas com debêntures	(1.357)	(1.081)
Outras despesas financeiras	-	(291)
	(74.344)	(68.592)
Total	(71.164)	(59.797)

- (a) A redução das taxas de juros, notadamente o CDI, afetaram a receita financeira, além de uma menor disponibilidade de caixa com o avanço do investimento nas obras de reforço em Sinop.
- (b) Com a queda da TJLP houve uma redução significativa em nossa despesa financeira referente aos contratos de empréstimo com o BNDES.

26 Conciliação

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Balanco Patrimonial

**Matrinchã Transmissora de
Energia (TP Norte) S.A**
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2020

	31/12/2020			31/12/2019		
	Societário	Ajustes CPC 47	Regulatório	Societário	Ajustes CPC 47	Regulatório
<u>ATIVO</u>						
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalente de caixa	43.307	-	43.307	85.293	-	85.293
Contas a receber de clientes	24.247	-	24.247	18.561	-	18.561
Impostos a recuperar	1.362	-	1.362	23.681	-	23.681
Almoxarifado Operacional	11.597	-	11.597	11.038	-	11.038
Caixa restrito	2.892	-	2.892	-	-	-
Ativo de contrato	165.984	(165.984)	-	153.588	(153.588)	-
Outros ativos circulantes	11.779	-	11.779	20.880	-	20.880
Total do ativo circulante	261.168	(165.984)	95.184	313.041	(153.588)	159.453
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Caixa restrito	40.157	-	40.157	35.116	-	35.116
Ativo de contrato	2.613.718	(2.613.718)	-	2.417.311	(2.417.311)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	36.609	36.609	-	34.007	34.007
Imobilizado líquido	11.170	2.029.684	2.040.854	5.514	1.953.675	1.959.189
Intangível	179	36.508	36.687	142	36.342	36.484
Total do ativo não circulante	2.665.224	(510.917)	2.154.307	2.458.083	(393.287)	2.064.796
TOTAL DO ATIVO	2.926.392	(676.901)	2.249.491	2.771.124	(546.875)	2.224.249
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>						
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	34.459	-	34.459	12.319	-	12.319
Empréstimos e financiamentos	59.626	-	59.626	54.967	-	54.967
Debêntures	20.515	-	20.515	27.698	-	27.698
Salários e encargos	864	-	864	602	-	602
Impostos e contribuições sociais	2.781	-	2.781	1.782	-	1.782
Imposto de renda e contribuição social a recolher	259	-	259	-	-	-
Dividendos propostos	64.032	-	64.032	62.554	-	62.554
Outros passivos circulantes	3.681	(1)	3.680	4.175	2	4.177
Total do passivo circulante	186.217	-	186.216	164.097	2	164.099
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	403.938	-	403.938	425.480	-	425.480
Debêntures	208.475	-	208.475	199.299	-	199.299
Passivo contingente	1.962	-	1.962	1.097	-	1.097
Imposto de renda e contribuição social diferidos	244.737	(244.737)	-	198.149	(198.149)	-
Outros passivos	-	-	-	1.682	-	1.682
Total do passivo não circulante	859.112	(244.737)	614.375	825.707	(198.149)	627.558
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						

**Matrinchã Transmissora de
Energia (TP Norte) S.A**
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2020

Capital social	1.508.073	-	1.508.073	1.508.073	-	1.508.073
Reserva legal	26.296	-	26.296	20.683	-	20.683
Reserva de incentivos fiscais	22.082	-	22.082	12.849	-	12.849
Reserva de lucros retidos	324.612	(324.612)	-	228.677	(228.677)	-
Prejuízos acumulados	-	(107.551)	(98.318)	-	(120.051)	(120.051)
Total do patrimônio líquido	1.881.063	(432.163)	1.448.900	1.770.282	(348.728)	1.421.554
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.926.392	(676.901)	2.249.491	2.760.086	(546.875)	2.213.211

Demonstração do Resultado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	31/12/2020			31/12/2019		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
		CPC 47			CPC 47	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Receita de Operações com Transmissão de Energia	182.156	39.016	221.172	163.609	36.772	200.381
Receita de Construção	174.969	(174.969)	-	63.622	(63.622)	-
Remuneração dos ativos de concessão	183.737	(183.737)	-	171.531	(171.531)	-
Amortização do Ativo Financeiro	(153.648)	153.648	-	(146.743)	146.743	-
Receita de operação e manutenção	42.760	(42.760)	-	36.772	(36.772)	-
						-
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA						
PIS	(3.773)	-	(3.773)	(3.409)	-	(3.409)
Cofins	(17.380)	-	(17.380)	(15.700)	-	(15.700)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.055)	-	(2.055)	(1.701)	-	(1.701)
Quota para reserva global de reversão (RGR)	(7.802)	-	(7.802)	(8.391)	-	(8.391)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(755)	-	(755)	(693)	-	(693)
Receita operacional líquida	398.209	(208.802)	189.407	258.897	(88.408)	170.487
Custo de Construção	(141.591)	141.591	-	(38.424)	38.424	-
Custo de Operação e Manutenção – O&M	(20.452)	-	(20.452)	(21.592)	-	(21.592)
Reversão de provisão	8.893	-	8.893	-	-	-
LUCRO BRUTO	245.059	(67.211)	177.848	198.881	(49.984)	148.895
Despesas operacionais						
Pessoal	(3.792)	-	(3.792)	(4.398)	-	(4.398)
Serviços de terceiros	(4.402)	-	(4.402)	(6.085)	-	(6.085)
Depreciação	-	(65.548)	(65.548)	-	(63.897)	(63.897)
Outros	549	132	681	28	-	28
Total de despesas	(7.645)	(65.416)	(73.061)	(10.455)	(63.897)	(74.352)
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras	237.414	(132.627)	104.787	188.426	(113.881)	74.542
Receitas financeiras	3.180	-	3.180	8.795	-	8.795
Despesas financeiras	(74.344)	-	(74.344)	(68.592)	-	(68.592)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	166.250	(132.627)	33.623	128.629	(113.881)	14.745

Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.799)	-	(4.799)	(5.723)	-	(5.723)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(49.191)	49.191	-	(44.018)	27.515	(16.503)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>112.259</u>	<u>(83.436)</u>	<u>28.824</u>	<u>78.888</u>	<u>(86.366)</u>	<u>(7.480)</u>

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

26.1 Ativo de contrato

A Companhia é abrangida pelo escopo do CPC 47. A receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos..

Considerando que para fins das demonstrações contábeis regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

26.2 Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

26.3 Receita e custo de construção

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas/custos de construção decorrentes da aplicação do CPC 47.

26.4 Remuneração do ativo de contrato (resultado)

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente à remuneração do ativo de contrato decorrentes da aplicação do CPC 47.

26.5 Impostos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste 18, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

26.6 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

31/12/2020

31/12/2019

Patrimônio líquido societário	1.881.063	1.770.282
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro	(2.779.702)	(2.570.901)
Impostos diferidos ativos	36.609	34.007
Imobilizado	2.029.684	1.953.675
Intangível	36.508	36.342
Impostos diferidos passivos	244.737	198.149
Outros	1	-
Patrimônio líquido regulatório	<u>1.448.900</u>	<u>1.421.554</u>

26.7 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	112.259	78.888
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato CPC 47	(183.737)	(171.531)
Margem de construção	(33.378)	(25.198)
Margem de O&M	(3.724)	-
Amortização do ativo financeiro	153.648	146.743
Depreciação regulatória	(65.548)	(63.897)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	49.192	27.513
Outros	132	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	<u>28.824</u>	<u>(7.480)</u>

27 Gestão de Riscos

O gerenciamento de riscos visa identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir as estratégias de controle e as ações para mitigação dos riscos e subsequentemente para monitorar esses riscos.

A Administração define o apetite para riscos em contextos e situações específicas e acompanha o cumprimento do plano de gerenciamento de riscos, revisando sua estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito também com base nas políticas dos acionistas da Companhia.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados e as estratégias de gerenciamento adotadas.

a. Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

As operações que sujeitam a companhia ao risco de crédito decorrem principalmente de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	43.307	85.293
Contas a receber	24.247	18.561
Caixa restrito	43.049	35.116
	<u>110.603</u>	<u>138.970</u>

- **Caixa e equivalentes de caixa:** Representado pelo valor mantido em contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. A política de abertura de contas bancárias e aplicações financeiras restringe o relacionamento com instituições bancárias com rating mínimo de AA+. As aplicações devem ser feitas predominantemente em CDB.
- **Contas a receber:** A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando o baixo risco de inadimplência de seus clientes. O Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (“CUST”), celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Carta de Fiança Bancária - CFB e ii) Contrato de Constituição de Garantia - CCG.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário - CFB.

Caixa restrito: Representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das debêntures, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional

de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia.

b. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros e índices de preços. A Companhia não enxerga necessidade em fazer hedge para se proteger desses riscos, tendo em vista que na fase atual de Operação e Manutenção não há exposição a variações de preços de *commodities* e seus contratos têm índice de reajuste em linha com reajuste da receita. Porém esses riscos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou em quaisquer outros ativos de riscos.

- **Risco de taxa de juros:** Refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2020, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia é:

Instrumentos financeiros por indexador

Aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários)	31/12/2020	31/12/2019
CDB-DI	34.618	72.091

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A Companhia está exposta ao risco de variação das taxas de juros dos instrumentos financeiros em aberto ao fim do período deste relatório. Para elaboração da análise de sensibilidade, considera-se a curva histórica dos índices econômicos, bem como projeções divulgadas por entes com reconhecimento de mercado.

Para aplicações financeiras, a política de investimentos da companhia restringe-se a instrumentos de renda fixa, estando sua exposição atrelada principalmente ao risco de variação do CDI, porém somente em relação aos ganhos financeiros, não havendo impacto nas contas de ativo.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - financiamentos

Com relação aos empréstimos e financiamentos, a exposição da companhia está relacionada à variação da TJLP, indexador do Contrato de Financiamento com o BNDES, e ao IPCA, indexador da Segunda Emissão de Debêntures.

As projeções indicativas para a variação da TJLP nos próximos meses não trazem alterações materialmente relevantes para o total de despesas financeiras da companhia no próximo período.

Espera-se que o IPCA seja impactado pela desaceleração econômica, refletindo-se na projeção de redução acentuada no segundo e terceiro trimestre de 2020. Essa redução irá impactar o acumulado no ano que projeta-se será até 50% inferior ao acumulado de 2019, diferença de 270 pontos-base. Desta forma, eventual impacto teria efeito redutor na despesa financeira, uma vez

que as debêntures tem sua remuneração atrelada a esse índice.

Dessa forma, a companhia não considera possível o aumento da TJLP ou do IPCA no exercício de 2020 que venha a causar impacto materialmente relevante nas contas de passivo.

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

c. Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, eventos decorrentes de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, a Companhia pode ter seu caixa impactado pelos custos necessários para o reestabelecimento das instalações às condições de operação, ainda que não haja desconto da Parcela Variável de Indisponibilidade (PVI), decorrente de eventuais indisponibilidades de suas Linhas de Transmissão. A Companhia mitiga o risco de perda de ativos mediante a contratação de cobertura securitária para a totalidade dos ativos de transmissão.
- **Riscos regulatórios** - - A Companhia está sujeita a extensa e complexa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- **Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura** - Caso a Companhia, por determinação regulatória, necessite expandir os seus negócios com a construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Ainda assim, qualquer novo investimento aprovado pelo Poder Concedente será remunerado por incremento da RAP.

O risco de atrasos na construção de novas instalações pode estar ligado ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia. Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.

- **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil contra terceiros para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota critérios na contratação dos seguros com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, contratando cobertura para a totalidade de seu ativo e limitando os valores de indenização com base em estudos de perda máxima provável, resultando em elevados níveis de cobertura securitária.

27.1 Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Caixa restrito	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros
Debêntures	Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - contas correntes e aplicações financeiras conforme posição dos extratos bancários.
- **Caixa restrito** - representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures.
- **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.
- **Debêntures** - a Companhia considera que os valores justos para as debêntures são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Hierarquia do valor justo

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de

atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

28 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Na data de fechamento deste relatório, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Vigência		Limite Máximo de Indenização	Apólice
	Início	Fim		
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	11/04/2020	11/04/2021	R\$ 20.000	1001000001150
Riscos Operacionais	12/04/2020	12/04/2022	R\$ 150.000	1009600000286
Responsabilidade Civil	12/04/2020	12/04/2021	R\$ 10.000	5100001368

29 Transações com partes relacionadas

a. Remuneração de Administradores

Até 31 de dezembro de 2020 o total destinado à remuneração dos Conselheiros e Administradores foi de R\$ 813 (R\$ 685 em 31 de dezembro de 2019).

b. Saldo em aberto com Partes Relacionadas

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2020	31/12/2019
Passivo				
Itumbiara Transmissora de Energia	Fornecedores	Custo de O&M	3.019	3.019
Copel Geração e Transmissão S.A.	Dividendos	Dividendos	31.376	30.651
State Grid Brazil Holding	Dividendos	Dividendos	32.656	31.903
		Total	67.051	65.573
Resultados				
			31/12/2020	30/12/2019
Partes relacionadas				
Resultado (Despesas)				
	Custos			
State Grid Brasil Holding - Aluguel	administrativos	Aluguel	552	533
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	Custo operacional	Custo de O&M	1.857	3.282
			2.409	3.815